

ATA 1772ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO



Conselho Regional
de Psicologia SP

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

1 Aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e quatorze, dezenove horas e
2 quarenta minutos, realizou-se a milésima setingentésima septuagésima segunda
3 reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª
4 Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 20 conselheiras(os),
5 sendo essas(es) efetivas(os) e suplentes, a seguir indicadas(os): Aristeu Bertelli da
6 Silva, Elisa Zaneratto Rosa, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Camara,
7 Guilherme Luz Fenerich, Ilana Mountian, Joari Aparecido Soares de Carvalho, José
8 Agnaldo Gomes, Luís Fernando de Oliveira Saraiva, Maria Ermínia Ciliberti, Marília
9 Capponi, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Camila de Freitas Teodoro, Lívia Gonsalves
10 Toledo, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Mirnamar
11 Pinto da Fonseca Pagliuso, Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena Sposito e Sergio
12 Augusto Garcia Júnior. Também estiveram presentes as(o) gestoras(o) Rita de Cássia
13 Oliveira Assunção (Subsede de Campinas), Edgar Rodrigues (Subsede de Assis) e
14 Luciana Stoppa dos Santos (Subsede de Ribeirão Preto) conforme lista de presença
15 anexa que é parte integrante desta ata. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES - 1.1)**
16 **Justificativa de ausências** - Foram consideradas as justificativas de ausência
17 das(os) demais conselheiras(os): Adriana Eiko Matsumoto, Ana Paula Porto Noronha,
18 Janaína Leslão Garcia, Alacir Villa Valle Cruces, Bruno Simões Gonçalves, Dario
19 Henrique Teófilo Schezzi, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Jonathas José Salathiel
20 da Silva e Silvio Yasui. Conselheira Ana Maria Falcão de Aragão – está desligada
21 conforme registrado na ata da milésima setingentésima sexagésima terceira Reunião
22 Plenária Ordinária de onze de abril de dois mil e catorze. **1.2) Informação**
23 **administrativa** - A conselheira presidenta Elisa Zaneratto Rosa informa ao plenário
24 que ela participará da reunião de presidentes e que o conselheiro secretário Luís
25 Fernando de Oliveira Saraiva participará da reunião de tesoureiros, que ocorrerão no
26 dia 24 de maio e, portanto, precisarão viajar a Brasília, não estando presentes na
27 reunião plenária. Por esse motivo, informa que eles necessitarão deixar esta plenária
28 às 22h. A conselheira explica ao plenário que a Diretoria procurou manter na pauta
29 desta sessão apenas os assuntos mais urgentes e que não pudessem ser
30 encaminhados por outros meios, que não pelo pleno, pois a pauta já estará bastante
31 densa, pois haverá discussão de APAF. Assim, sugere ao plenário que coordenem a
32 plenária de sábado, juntamente com a conselheira vice-presidenta, Maria Ermínia
33 Ciliberti, que a presidirá a plenária em substituição a presidenta, os demais delegados
34 da APAF: Gabriela Gramkow, Joari Aparecido Soares de Carvalho e Guilherme Luz
35 Fenerich, para que consigam se apropriar de todas as contribuições e
36 posicionamentos para os pontos da APAF. Elisa Zaneratto Rosa ressalta que é
37 importante que ela e Luís Fernando de Oliveira Saraiva apresentem ao plenário os



38 pontos da APAF que estavam sob suas responsabilidades. Guilherme Luz Fenerich
39 informa que não estará presente na plenária de sábado. Encaminhamento: O plenário
40 referenda que a mesa diretoria da Plenária Ordinária 1773º de 24 de maio de 2014
41 seja composta por Maria Ermínia Ciliberti, Gabriela Gramkow e Joari Aparecido
42 Soares de Carvalho. **1.3) Informe Financeiro** - O conselheiro secretario Luís
43 Fernando de Oliveira Saraiva informou os seguintes dados ao plenário, referentes a
44 presente data: - saldo bancário é de R\$ 19.840.315,70 (dezenove milhões, oitocentos
45 e quarenta mil, trezentos e quinze reais e setenta centavos); arrecadação equivalente
46 a R\$ 17.900.489,00 (dezessete milhões, novecentos mil, quatrocentos e oitenta e
47 nove reais), que representa 64% do total do valor previsto. Até o momento houveram
48 3.481 novas inscrições, 312 reativações e 1307 cancelamentos. **1.4) Acordo**
49 **Coletivo de Trabalho - ACT** – A Conselheira Presidenta Elisa Zaneratto Rosa noticia
50 ao plenário que foram iniciadas as reuniões para o fechamento do Acordo Coletivo de
51 Trabalho referente ao período de maio de 2014 a abril de 2015. Em uma plenária
52 anterior foi discutida a ampliação da participação de conselheiros nas reuniões da
53 Mesa de Negociação, tendo sido indicados Aristeu Bertelli da Silva e Maria das
54 Graças Mazarin de Araújo. As reuniões estavam previstas para ocorrer em 07 e 21 de
55 maio, tendo ocorrida a primeira reunião no dia 21. Estiveram presentes representando
56 o plenário Elisa Zaneratto Rosa, Luís Fernando de Oliveira Saraiva e Maria das
57 Graças Mazarin de Araújo. Diante da ampliação da participação de representantes do
58 plenário nas reuniões, foi indicado que fosse ampliada também a participação dos
59 funcionários, para que se intensificassem os processos de transparência da
60 negociação. Assim, a Diretoria informou ao Sindicato dos Trabalhadores das
61 Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional e Entidades Colegiadas no
62 Estado de São Paulo – Sinsexpro e aos trabalhadores que estava abrindo a
63 possibilidade de mais duas vagas para funcionários acompanharem as reuniões e
64 solicitando que fosse feita a indicação desses dois representantes. Até o momento da
65 reunião, a Diretoria havia recebido apenas uma indicação de uma trabalhadora de
66 uma das sedes, indicação assinada por vinte trabalhadores de sedes. Assim,
67 como haviam sido abertas duas vagas e foi recebida apenas uma indicação, a
68 Diretoria entendeu que poderia acolher tal indicação. Durante a reunião de negociação
69 do ACT, basicamente, o Sindicato apresentou suas pautas e a Diretoria colocou a
70 preocupação da atual gestão em relação às contas da autarquia, que historicamente
71 tem aumentado os gastos com folha de pagamento em uma porcentagem superior ao
72 aumento das anuidades e que isso impactou na situação atual, em que o gasto com
73 folha de pagamento representa 53% da arrecadação. O CRP não tem apresentado
74 *superávit* ao longo dos anos e que o projeto de aumentar a presença do CRP em
75 outras regiões do estado pode ser inviabilizado frente à folha de pagamento, que se
76 aproxima do limite estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ainda, a
77 administração da autarquia também deve se preocupar com gestões futuras,



78 considerando o impacto que o aumento da folha neste momento pode ter nos
79 próximos anos. Quanto às demais cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho, foi
80 acordado que seriam mantidas, apenas fazendo as atualizações necessárias, caso
81 alguma cláusula financeira impactasse nessas cláusulas. Foram agendadas duas
82 novas datas para realização da Mesa de Negociação, em junho, sendo que há a
83 possibilidade que uma delas seja antecipada para o dia 29 de maio. A conselheira
84 presidenta comunica que, após essa reunião, a diretoria recebeu do Sindicato
85 mensagem que explanava o que se segue: “O Sindicato tem por princípio a
86 transparência e a convivência com as(os) trabalhadoras(es), logo sempre que
87 necessário qualquer representação das(os) funcionárias(os) é salutar desde que eleita
88 em Assembleia devidamente convocada para esses fins, por este Sindicato. Seguindo
89 esta afirmação, toda e qualquer comunicação por parte do Sindicato, será realizada
90 pelos seus dirigentes ou quem por ele estiver autorizada(o)”. Então, o Sindicato, em
91 reunião com a Diretoria, na data de hoje, apresentou sua preocupação em relação à
92 escolha dos representantes dos funcionários, apontando como condição que essa
93 representação fosse tirada em Assembleia chamada pelo Sindicato e que o
94 responsável por passar a informação sobre os representantes eleitos fosse também o
95 Sindicato. A diretoria expôs que o princípio que adotou foi de garantir maior
96 representatividade para os trabalhadores e que assim como acontece com o GT do
97 PCCS, que conta com representantes do plenário, do Sindicato e dos Trabalhadores,
98 a Diretoria não via óbices para que as negociações do ACT fossem acompanhadas
99 pelos trabalhadores, que esse processo era legal e legítimo e que mantinha a oferta
100 de duas vagas, mas que não se negaria a rever essa posição, caso o Sindicato
101 expusesse que não faria a negociação com esses dois representantes ou que não
102 negociaria se eles não fossem eleitos em Assembleia, mas que, nesse caso, exporia
103 aos trabalhadores que essa foi uma condição imposta pelo Sinsexpro. Assim, hoje, a
104 Diretoria comunicou aos funcionários que mantinha as duas vagas para funcionários,
105 mas que estava acatando a condição colocada pelo Sindicato de que tais
106 representantes fossem eleitos em Assembleia do Sinsexpro com os trabalhadores. II)
107 **CONJUNTURA DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA** – A conselheira Elisa
108 Zaneratto Rosa coloca que, inicialmente, quando se soube da data da APAF, este
109 plenário refletiu sobre os pontos de pauta que deveriam ser discutidos nacionalmente,
110 tais como o Crepop, que até o momento não tem diretriz nacional para a continuidade
111 das ações; a questão dos Direitos Humanos, pois houve a posse da Comissão
112 Nacional de Direitos Humanos em Brasília, mas há ações e pautas nacionais que
113 dialoguem com os demais CRPs, enquanto Sistema Conselhos de Psicologia; a
114 política sobre Álcool e outras Drogas; os Grupos de Trabalho Nacionais criados em
115 APAF que, de maneira geral, não apresentaram resultados de seu trabalho, o que
116 parece significar que trabalharam pouco ou não trabalharam. Este é um ponto que não
117 foi incluído como pauta da APAF. Houve também a questão da reunião de presidentes



118 e tesoueiros ser agendada para a semana anterior à de realização da APAF. O CRP
119 SP enviou o Ofício ADP nº 173/14 questionando sobre a viabilidade de modificação da
120 data da reunião de presidentes e tesoueiros do Sistema Conselhos, considerando o
121 calendário de atividades ordinárias deste CRP, em que foi programada para os dias 23
122 e 24 de maio a realização das reuniões plenárias para debater, dentre outros
123 assuntos, prioritariamente os pontos de pauta da APAF e, consultando a possibilidade
124 de postergar a Reunião de Presidentes e Tesoueiros, convocada para o dia 24 de
125 maio, em Brasília/DF, para a sexta-feira seguinte, dia 30 de maio, uma vez que tal
126 medida asseguraria a participação presencial da presidência e tesouraria deste
127 Regional e também propiciaria uma considerável redução de despesas com passagem
128 e hospedagem de nossos representantes. Até o momento não houve resposta do
129 CFP. Outros CRPs também questionaram o CFP quanto a isso. A mesa diretora
130 informou ao plenário, sobre a APAF, que alguns pontos de pautas solicitados por
131 CRPs foram retirados da pauta da APAF e direcionados à reunião de presidentes e
132 tesoueiros. Dos pontos que este CRP solicitou que foram reconduzidos: a) Política de
133 Álcool e Drogas; b) Crepop; c) Exame de Proficiência; d) retirada do título de psicólogo
134 honorário dos ditadores Médici e Geisel. Considera-se que a APAF é a instância de
135 deliberação máxima dos pontos estruturantes e centrais para a política do Sistema
136 Conselhos e, por esse motivo, deve-se indicar que os assuntos pautados por este
137 Regional que foram reconduzidos pelo CFP sejam mantidos na APAF. Pretende-se
138 discutir com o CFP o sentido democrático do funcionamento enquanto Sistema
139 Conselhos e, para questões divergentes, espera-se trabalhar nas instâncias
140 constituídas para tal finalidade. Em relação a possíveis questões financeiras deixadas
141 pela gestão anterior do CFP, entende-se que, se há problemas, estes devem ser
142 explicitados, demonstrados, e que devem ser pautados em APAF. Se houver
143 problema em gestão anterior, a indicação é de que as medidas necessárias sejam
144 tomadas nas instâncias cabíveis. Ainda, alguns pontos de pauta da APAF chegaram
145 sem subsídio, dificultando a discussão e posição dos plenários regionais. A Diretoria
146 também informa que está prevista reunião com o coletivo da Frente dos Conselhos
147 para discutir sobre os pontos de pauta da APAF. **Manifestações do plenário: 1)**
148 Pontuou-se sobre as Comunidades Terapêuticas. O CFP está participando de
149 comissão que discute questões como a laborterapia. É necessário que o Sistema
150 Conselhos retome as diretrizes políticas sobre as CTs, já definidas em Congressos
151 Nacionais de Psicologia e APAF's anteriores. O plenário manifesta preocupação na
152 maneira como a Psicologia no país irá pactuar em espaços que legitimam as
153 comunidades terapêuticas. **2)** Manifestou-se certo incômodo com o posicionamento do
154 CFP em relação à questão financeira da gestão. É preciso transparência e divulgação
155 dos dados. O posicionamento do CRP SP é de que se há passivos deixados pela
156 gestão anterior, deve-se evidenciar a situação e zelar pelo princípio da transparência
157 das gestões. **3)** Sugeriu-se revisão no âmbito regulatório entre Sistema Conselhos,



158 APAF e CFP. Não se pode dar margem a divergências. Há tarefas estabelecidas que
159 devem ser realizadas. **4)** Indica-se a necessidade de retomar a defesa do projeto de
160 lei que altera a Lei 5766/71, que institucionaliza regularmente o funcionamento do
161 Sistema Conselhos e o método do trabalho construído democraticamente, com a
162 realização de APAF e CNP. **Encaminhamentos para reunião de presidentes** - Do
163 ponto de vista do método de trabalho do Sistema Conselhos: - a) Defesa da
164 regulamentação legal do método de trabalho e respeito ao que está regulamentado no
165 Sistema Conselhos; b) Defesa do rigor pela transparência financeira; c) Inclusão dos
166 pontos que foram retirados da pauta de APAF: GTs Nacionais que não realizaram
167 seus trabalhos e outros. **III) FÓRUM DE GESTORES - 3.1) Preparação das pautas**
168 **de Encontros da Comissão de Ética e Comissão de Orientação Fiscalização e**
169 **das pautas dos Fóruns de Gestores e Encontro Sede e Subsedes anuais** - A
170 respeito da organização do Fórum de Gestores, a mesa diretora discorre que no
171 Planejamento Estratégico estão previstas pautas atinentes a Comissão de Orientação
172 e Fiscalização (COF), Comissão de Ética (COE) e a Comissão de Análise de Título e
173 Registros de Especialistas (CATE), cujas discussões ocorrerão às sextas-feiras,
174 durante os Encontros Sede e Subsedes. Da mesma forma, o plano estratégico
175 preestabeleceu algumas pautas para o Fórum de Gestores. Em um primeiro momento
176 houve indicativo de trabalhar com a temática do Racismo Institucional e, se possível,
177 transferir a pauta relativa às Políticas Públicas/CREPOP, para um Encontro Sede e
178 Subsedes. A avaliação da diretoria é de que a formação sobre racismo institucional
179 deve ser mais cuidadosa, envolvendo trabalhadores, gestores, o que requer
180 organização do programa, do conteúdo e da metodologia, o que provavelmente
181 precisará de assessoria contratada para ajudar nessa preparação. A diretoria também
182 considera a necessidade de respeitar os encontros conforme os temas definidos
183 previamente no PE, ação 1.3.4 “Reuniões de alinhamento entre conselheiros e
184 gestores para discussão sobre instrução, fiscalização e pareceres e orientação, título
185 de especialistas (04 durante o ano, nas sextas feiras junto aos fóruns de gestores)”.
186 **Encaminhamento:** O XIV Plenário referenda que às sextas-feiras ocorrerão o
187 Encontro Sede e Subsedes com pautas a serem apresentadas por COE, COF e
188 CATE, de acordo com o planejamento. Essas comissões citadas ficaram
189 responsáveis por decidirem a prioridade das pautas. Aos sábados será o Fórum de
190 Gestores, respeitando as temáticas já definidas em planejamento estratégico. O
191 próximo fórum será sobre o Crepop. Indica-se, também, que cada Comissão Gestora
192 discuta com sua comissão sobre as ações do PE estadual. **IV) APAF – ASSEMBLEIA**
193 **DAS POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS (31 de Maio e 1º. De**
194 **Junho de 2014, Brasília – DF) – 4.1) Apreciação da ata da APAF de dezembro de**
195 **2013** – O indicativo é de que as atas da Assembleia das Políticas, da Administração e
196 das Finanças de dezembro de 2013 devam ser enviadas para apreciação da
197 delegação pertinente, qual seja: Adriana Eiko Matsumoto, Elisa Zaneratto Rosa, Graça



198 Maria de Carvalho Camara, Luís Fernando de Oliveira Saraiva e Sandra Elena
199 Sposito, juntamente com a síntese da discussão plenária feita pelo CRP-06 sobre os
200 assuntos pautados para aquela APAF. **Encaminhamento:** Considerando a conjuntura
201 nacional, o XIV Plenário incumbe as(os) conselheiras(os) supracitadas(os) de
202 proceder, com urgência, leitura minuciosa desses registros visto tratar-se de APAF
203 conduzida pela gestão do Conselho Federal de Psicologia anterior à que elaborou as
204 referidas atas da instância máxima deliberativa e organizativa para o Sistema
205 Conselhos de Psicologia. Eventuais considerações atinentes às atas pautadas serão
206 apresentadas à delegação do CRP SP para a APAF de 31 de maio e 1º de junho de
207 2014, em Brasília. **4.2) Folha de resposta de testes psicológicos adaptadas à**
208 **leitura óptica** – O ponto refere-se à solicitação do CRP-05, que justifica ser fruto das
209 reiteradas demandas que chegam àquele Regional sobre a legalidade do uso de
210 folhas de resposta de testes psicológicos adaptadas à leitura óptica. Aponta que
211 frequentemente o judiciário questiona o CRP-05 se um exame realizado em concurso
212 público atende aos critérios objetivos do órgão. O entendimento daquele CRP é de
213 que a substituição das folhas respostas por folhas ópticas se dá para tornar o
214 processo seletivo mais rápido em casos onde existem muitos candidatos, o que
215 compromete a correção manual. Além do judiciário, os candidatos também
216 questionam a legitimidade dos testes, como, por exemplo, em casos em que o teste
217 fornece quatro possibilidades de resposta, mas no cartão de resposta são
218 apresentadas mais opções, argumentando que isso pode confundir o candidato. O
219 CRP-05 remete o assunto à decisão da APAF porque considera que existe uma
220 comissão nacional responsável por avaliar os testes psicológicos e, assim sendo,
221 entende a importância de um debate mais criterioso dentro do Sistema Conselhos de
222 Psicologia, embora, considere o fato de o psicólogo ser responsável pelo uso dos
223 instrumentos respeitando as normas éticas e técnicas. **Considerações do plenário**
224 **do CRP-06:** A conselheira Ana Paula Noronha, indicada para preparar o assunto,
225 ausente nesta reunião por motivo justificado, envia a seguinte contribuição para a
226 delegação deste Conselho na APAF: Aponta que a construção de um teste psicológico
227 prevê etapas que devem ser cumpridas. Há *guidelines* internacionalmente
228 reconhecidos que orientam sobre os procedimentos a serem atendidos. No Brasil, a
229 Resolução CFP nº 002/2003 determinou critérios para construção e uso de testes
230 psicológicos, tendo como referências os manuais clássicos estrangeiros. No que se
231 refere aos procedimentos de padronização, convém destacar que as variáveis
232 utilizadas quando da determinação dos estudos de validação e normatização, são
233 aquelas que devem ser observadas quando do uso do instrumento em situações de
234 avaliação psicológica. Assim, se a forma de apresentação do estímulo tiver sido a
235 projeção por dispositivos, os resultados apresentados nas Tabelas Normativas terão
236 sido construídos à luz desta forma de apresentação. Não se sabe se haveria diferença
237 entre a apresentação dos estímulos por diapositivos ou por retroprojeção. E, nesse



238 sentido, cabe ao autor do teste, quando desejar incluir outras formas de apresentação
239 do estímulo demonstrar a existência (ou inexistência) de diferenças nos resultados. No
240 caso em questão, há que se verificar se houve alteração na folha de resposta ou se
241 ela apenas está sendo utilizada também pela leitura óptica, mas não teve mudança
242 em sua estrutura. Se ela permanecer em consonância com o que preconiza o manual
243 do teste, não há problema. **Encaminhamento:** O XIV Plenário acatou a contribuição
244 exposta por Ana Paula Noronha, remeteu-a a delegação do CRP-SP para APAF que
245 se aproxima. **4.3) Revisão da Resolução 001/2002** – Trata-se de assunto
246 remanescente da APAF de dezembro de 2013, que por falta de tempo hábil não foi
247 discutido. Recorda-se que o pedido de revisão da Resolução CFP 001/2002 surgiu de
248 questionamentos encaminhados pela Polícia Federal, pelo CESPE e instituições
249 vinculadas ao tema da Avaliação Psicológica, como o Instituto Brasileiro de Avaliação
250 Psicológica (IBAP) e a Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos
251 (Asbro), quando da publicação do Decreto 6.994/09, que dispõe de normas gerais
252 relativas a concursos públicos, o qual conflitava com a Resolução em questão. Ante o
253 exposto, a partir de reunião realizada em abril de 2010, tirou-se como deliberação que
254 o CFP, a Polícia Federal e as psicólogas do CESPE mantivessem um diálogo a fim de
255 enviar uma proposta única em nova redação para o Decreto 6.944 à Casa Civil. A
256 mediação do CFP resultou na publicação de um novo Decreto, 7.308/10, o qual altera
257 a redação do Art. 14 do Decreto 6.944//09, que foi publicado em 2010. Assim sendo, o
258 CFP vinha fazendo esforços para a elaboração de uma nova resolução que
259 contemplasse as propostas feitas em conjunto com a Polícia Federal e o CESPE. Os
260 CRP's receberam consulta via ofício do CFP, enviado em setembro de 2013, para
261 envio de contribuições, cujo prazo expirou em outubro de 2013. **Considerações do**
262 **plenário do CRP-06:** Salienta-se que o CRP SP remeteu ao CFP suas considerações
263 referentes à minuta de Resolução que revoga a Resolução CFP nº 001/2002 e
264 regulamenta a Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos da
265 mesma natureza, por meio do Ofício ADP nº 537/13, em 29/10/13. A seguir, os
266 membros do plenário tomaram conhecimento de contribuição enviada por Ana Paula
267 Noronha sobre a pauta. Em acréscimo ao exposto, a revisão da redação da Resolução
268 contou com a participação de atores diversos. Foram realizadas várias reuniões com a
269 Polícia Federal, mais especialmente, com as divisões de avaliação para concursos e
270 avaliação para manuseio e porte de armas de fogo. Além disso, o CESPE, instituição
271 especializada em avaliação psicológica para concursos públicos também participou de
272 alguns encontros. Adicionalmente, as entidades científicas de Avaliação Psicológica
273 foram ouvidas, quais sejam: Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica e Associação
274 Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos. Por fim, os membros da Comissão
275 Consultiva em Avaliação Psicológica do Conselho Federal de Psicologia trouxeram
276 suas contribuições. O processo foi moroso em razão da quantidade de partes ouvidas.
277 A revisão da Resolução foi incluída como parte das teses do Ano Temático de



278 Avaliação Psicológica ocorrido em 2011/2012. Após a construção pelo CFP, a minuta
279 de Resolução foi encaminhada aos Conselhos Regionais para que eles pudessem se
280 manifestar e contribuir com o processo de construção. O CRP-06 incluiu a discussão
281 da minuta em pauta da COF. Participaram conselheiros e AT's e várias alterações
282 foram sugeridas. Na APAF será apresentada a síntese das sugestões feitas pelos
283 CR's. **Encaminhamento:** A contribuição de Ana Paula Noronha a respeito do tema
284 subsidiará a delegação do CRP na APAF. **4.4) Criança e adolescente** – O ponto
285 refere-se à demanda do CFP para discutir na APAF sobre escuta de crianças e
286 adolescentes em situação de violência. É remanescente da APAF de dezembro de
287 2013. Regiane Aparecida Piva coloca que o Sistema Conselhos de Psicologia vem,
288 desde 2005, debatendo o tema da escuta de crianças e adolescentes no Sistema de
289 Justiça. Tais debates, fundamentados nos parâmetros éticos e técnicos da Psicologia
290 como ciência e profissão e nos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta
291 de crianças e adolescentes, previstos no ECA, resultaram na publicação da Resolução
292 CFP 10/2010, que indicou princípios norteadores e referenciais técnicos para a
293 realização da escuta psicológica na Rede de Proteção. A resolução em tela foi
294 considerada polêmica pelo fato de vedar ao psicólogo o papel de inquiridor. A
295 discussão se ampliou para além do aspecto procedimental e passou-se a questionar
296 se a mudança de ambiente e de estratégia de fato reassegura direitos, visto que
297 coloca crianças e adolescentes apenas como “objeto” de produção de prova, com
298 vistas à responsabilização do agressor. Ao entender que a inquirição não é atribuição
299 do profissional de Psicologia e regulamentar o exercício do profissional, o CFP passa
300 a ser questionado pelo Poder Judiciário. Em 09 de julho de 2012, o Juiz da 28ª Vara
301 Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, decidiu pela suspensão da Resolução
302 CFP nº 10/2010 em todo território nacional. O CFP, considerando a importância da
303 matéria e identificadas violações de direitos durante a realização de inquirição de
304 crianças e adolescentes, decide por elaborar minuta de protocolo orientador da escuta
305 do psicólogo a crianças e adolescentes em situação de violência, tendo como
306 referência os pontos da resolução suspensa. Dessa forma, o trabalho do grupo
307 atribuído para este fim resultou em nova resolução que regulamenta a escuta de
308 crianças e adolescentes em possível situação de violência. A APAF de maio deve
309 apreciar essa minuta de resolução de Escuta de Crianças. **Considerações do**
310 **plenário do CRP-06: 1)** A posição do XIV Plenário é pela não homologação de nova
311 resolução, neste momento. **2)** Salientou-se que na ocasião em que o tema pautado foi
312 discutido por este Conselho, houve encaminhamento para a elaboração de Nota
313 Técnica visando orientar os funcionários do Judiciário, psicólogos forenses (peritos)
314 que atuam no âmbito da Justiça, primando por resguardar as questões que envolvem
315 o sigilo profissional e de direitos humanos no campo de crianças e adolescentes
316 vítimas de alguma forma de violência. **3)** Apontou-se que em relação à derrubada da
317 resolução CFP 10/2010 não há informação se houve iniciativa do CFP para tratar o



318 assunto em instâncias superiores. Portanto, a outra sugestão diz respeito à retomada
319 da mobilização do processo. A situação é polarizada de posição favorável ou
320 contrária. **4)** Foi pontuado que este CRP SP tem conhecimento da manifestação
321 proferida pelo CFP dentro do processo movido pela AASPTJ-SP contra o TJSP no
322 CNJ. Não se proferiu ainda decisão final quanto ao presente processo, mas este CRP
323 compreende que esta lide é apenas parte das ações que devem ser tomadas para
324 garantia de que as práticas profissionais da Psicologia, dentro da esfera da proteção
325 de crianças e adolescentes vítimas de violência em interface com a justiça, sejam
326 pautadas pela preocupação com a saúde e o bem estar destes, a garantia de seus
327 direitos e sua proteção. Para além do fato de que Tribunais de Justiça de outros
328 estados já realizarem processos de escuta judicial ou discutirem a sua implantação, o
329 próprio TJSP já se manifestou, de forma pública e documentada, pela possibilidade de
330 revisão da contratação de psicólogos e assistentes sociais e pela busca de outras
331 categorias que se proponham a realizar a inquirição de crianças e adolescentes, em
332 franco processo de ameaça ao corpo de profissionais que já atua nesta instituição.
333 Outro aspecto, também bastante preocupante, é o fato de que tramita no Legislativo
334 Federal, já aprovado pelo Senado, sua casa proponente, a reforma do Código de
335 Processo Penal. Originalmente no Senado, numerado como PLS 156/2009, o projeto,
336 agora PL 8045/2010 na Câmara, aguarda a constituição de Comissão Especial, pelos
337 deputados, já requerida e aprovada. Do projeto, destaca-se que em seu Capítulo II –
338 Dos Meios de Prova, a Seção III – Disposições especiais relativas à inquirição de
339 crianças e adolescentes, por meio de seus artigos de Art. 192 a Art. 195, regulamente
340 o Depoimento sem Dano, exatamente como apresentado em seu projeto original,
341 prevendo salas especiais, perguntas feitas pelo juiz e as partes a partir de ponto
342 eletrônico ao profissional que, de fato, realiza a inquirição, além de foco exclusivo na
343 obtenção de prova, por meio do testemunho da vítima (como deixa já bastante claro o
344 Capítulo da Lei onde se insere a descrição do processo, “Dos Meios de Prova”).
345 Nesse sentido, faz-se necessário que o Conselho Federal de Psicologia assuma
346 posicionamento e tome para si a discussão da escuta judicial, elencando o tema como
347 prioritário. **Encaminhamento:** Considerando o exposto, os membros do plenário
348 decidiram por: **1)** Não aprovar a proposta de nova resolução. **2)** Deve-se investir em
349 material de orientação à categoria sobre o posicionamento do CRP quanto ao projeto
350 de Escuta, tais como a elaboração de nota técnica sobre escuta e ética profissional. **3)**
351 Defender a retomada do processo de mobilização para além do campo da Justiça.
352 Requer-se trazer para o debate os profissionais que atuam nas demais áreas: saúde,
353 assistência social, segurança pública. A diretriz de ação diz respeito a todo o Sistema
354 Conselhos de Psicologia, portanto, cabem ao CFP as providências cabíveis ao tema
355 para as quais, em alguns momentos, haverá debates com os CRP's. **4.5) Medida**
356 **socioeducativa** – A conselheira Ilana Mountian aponta que o ponto foi solicitado pelo
357 CRP-16 e que objetiva a elaboração de uma resolução específica para a atuação



358 dos(as) profissionais psicólogos(as) nas medidas socioeducativas. Dentre as
359 considerações tecidas pelo regional em tela estão: a) a orientação a esses
360 profissionais norteada por resoluções específicas da Psicologia; b) as deliberações do
361 CNP em 2013, envolvendo cobrança a integral aplicabilidade do Estatuto da Criança e
362 do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
363 (Sinase); c) o compromisso social pela construção de uma ciência e prática
364 psicológica comprometida com a realidade do povo brasileiro e latino-americano; d)
365 que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento;
366 e) que o Brasil possui uma legislação forjada sob princípios normativos internacionais,
367 em defesa da proteção da infância e da juventude e não mais de princípios baseados
368 da lógica punitiva do Estado; f) que o ECA dispõe de medidas socioeducativas
369 aplicadas a adolescentes em conflito com a lei e que devem ser implantadas em todo
370 o território nacional de forma efetiva; e, g) assim como as necessidades vivenciadas
371 em cada estado sobre os processos de violação de direitos humanos. O CRP-16
372 aponta que os(as) psicólogos(as) estão infringindo o Código de Ética e a resolução
373 sugerida, na avaliação do regional em questão, pretende ajudar o(a) psicólogo(a) a
374 trabalhar e manter a posição contrária a maioria penal, cobrando a aplicabilidade
375 integral do ECA e do Sinase. **Considerações do plenário do CRP-06: 1)** Foi
376 proposta articulação com o CRP-16 para encaminhamento mais apropriado, voltando
377 a uma intervenção nacional de todos os CRPs com a perspectiva de pensar a prática
378 do profissional nas medidas socioeducativas. Acredita-se que uma resolução não
379 contemplará as problemáticas apontadas e que já existe um rol de documentos
380 regulamentadores da matéria. Dessa forma, o CRP-06 deve propor uma articulação
381 com o CRP-16 no sentido de mobilizar todos os profissionais para discutirem acerca
382 das medidas socioeducativas. **2)** Ressaltou-se que há uma publicação do Crepop
383 sobre a Atuação das(os) Psicólogas(os) em Programas de Medidas Socioeducativas
384 em Meio Aberto. **3)** Trata-se de ano importante em relação ao Sinase, pois os
385 governos municipais e estaduais têm como prazo até o final de 2014 para apresentar,
386 com base no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, seus planos decenais
387 correspondentes, em até 360 (trezentos e sessenta) dias a partir da aprovação do
388 Plano Nacional. Nesse sentido, a Psicologia poderia estimular propostas para
389 formulação dos planos municipais e estadual com vistas a aprimorar o Sinase e
390 melhorar as condições para a sua execução. **4)** Houve citação relativa à importante
391 publicação do CRP-RS sobre “Medida Socioeducativa: entre A & Z” que reflete o
392 assunto pautado. Trata-se de uma contribuição, também, para os serviços da gestão
393 pública que trabalham no âmbito das políticas vinculadas ao sistema socioeducativo.
394 **Encaminhamento:** A delegação do CRP-06 na APAF deve considerar a exposição
395 supracitada que manifesta por: **1)** Articulação com o CRP-16 para ações que discutam
396 a pauta medidas socioeducativas, tendo como foco propostas de redução da
397 maioria penal. **2)** Posição contrária à criação de nova resolução, visto que já



398 existem muitos documentos que regulamentam a questão. **3)** Estimular o Sistema
399 Conselhos de Psicologia a contribuir com os planos municipais e estaduais do Sinase.
400 **4.6) Regime Jurídico Único** – O ponto foi solicitado pelo CRP-05, que apresenta sua
401 justificativa e propõe: 1) debate e aprofundamento deste tema em seus aspectos
402 políticos, jurídicos, administrativo e financeiro dentro do CFP e Regionais (reunião de
403 tesoureiros, presidente e conselheiros). 2) articulação urgente do CFP com o grupo
404 nacional de conselhos profissionais e suas respectivas assessorias jurídicas que já
405 discutem este tema, conforme foi observado no 5º. Encontro Nacional dos Conselhos
406 Profissionais ocorrido de 17 a 19 de outubro de 2013, em Santa Catarina. 3) informe
407 sobre o trâmite de ADIn – Ação Direta de Inconstitucionalidade contrário a “lei das
408 anuidades” de dezembro de 2012. 4) informe sobre o trâmite do projeto de lei que
409 altera a lei 5766/71. O conselheiro secretário, Luís Fernando de Oliveira Saraiva,
410 discorre que os Conselhos Profissionais de Fiscalização tem natureza híbrida, pois há
411 correntes jurídicas diferentes que afirmam ser Consolidação das Leis do Trabalho -
412 CLT e outras Regime Jurídico Único - RJU. Caso se decida pelo RJU, caberá aos
413 conselhos assumirem o plano de aposentadoria de seus funcionários, passando a ter,
414 durante um tempo duas folhas de pagamento: uma dos funcionários ativos e outra dos
415 inativos. Será necessário fazer uma projeção, por meio de estudo de cálculo atuário
416 de qual a idade da massa de funcionários de cada conselho a fim de calcular quanto
417 seria necessário de arrecadação adicional para bancar a folha de inativos. Também há
418 uma dúvida sobre o destino do FGTS dos funcionários se seria convertido para esse
419 novo plano de previdência ou não. Foi formado um grupo de trabalho com a
420 participação de juristas de notório saber, nomeados pelo Ministério Público Federal e
421 representando diversas regiões do país para estudar a polêmica: CLT *versus* RJU.
422 Este GT tem um prazo de um ano, prorrogável por mais um, para encaminhar o
423 resultado do trabalho ao Superior Tribunal de Justiça. **Encaminhamento:** O plenário
424 entende que o bojo da discussão se relaciona ao papel dos Conselhos Profissionais, à
425 regulação das profissões, e defende que o Sistema Conselhos de Psicologia tem que
426 aprofundar o debate para construir posição. **4.7) Redução da maioria penal** –
427 Gabriela Gramkow expõe ao plenário que se trata de ponto solicitado por este CRP
428 SP remanescente da APAF de dezembro de 2013. Para subsidiar o debate, foi
429 enviado ao CFP o posicionamento do CRP SP contrário à redução da maioria
430 penal, juntamente com a cartilha Redução Idade Penal, a Nota do CFP sobre
431 responsabilização progressiva, o Parecer do CFP sobre a PEC 33-2012 e o Plano
432 Nacional do Sinase. O CRP SP se posiciona favorável à manutenção da garantia dos
433 direitos individuais e sociais dos adolescentes, com a efetivação do ECA e
434 implementação integral do SINASE. Com a melhoria do acesso e da qualidade das
435 políticas sociais básicas, haveria uma prevenção do cometimento do ato infracional,
436 além de consequente redução da reincidência; com a efetivação do ECA, as medidas
437 socioeducativas seriam dispensáveis. O ECA e o SINASE são conquistas importantes,



438 avanços que não podem ser desconsiderados para a garantia de direitos
439 fundamentais de crianças e adolescentes. Há evidente necessidade de esforços para
440 campanhas de divulgação destas informações, pois 93% da população, sensibilizada
441 pela espetacularização por parte dos meios de comunicação, é favorável à redução da
442 maioria penal, com o argumento de que é a solução para erradicação da violência.
443 O CRP SP considera que não se deve perder o foco das causas reais da violência
444 cometida por adolescentes, dentre os quais, a imensa desigualdade social e as
445 péssimas condições de vida a que está submetida grande parte da população
446 brasileira. Tendo em vista o crescente número de propostas de Emenda à
447 Constituição Federal e Projetos de Lei nesta mesma direção, faz-se necessário,
448 também, o enfrentamento com relação aos poderes legislativo e executivo. As causas
449 da violência e da desigualdade social não se resolverão com adoção de leis penais
450 severas. Ações no campo da educação demonstraram-se positivas na diminuição da
451 vulnerabilidade de adolescentes ao crime e à violência. **4.8) Ato Médico** – Este
452 Conselho Regional de Psicologia de São Paulo considera a importância de debater o
453 assunto na APAF, pois nos últimos meses o CFP e o CRP 01 acabaram assumindo
454 mais diretamente o acompanhamento da tramitação do PL do Novo Ato Médico.
455 Guilherme Luz Fenerich explana as considerações: a) não houve possibilidade ainda
456 de uma ampla troca de informações dentro do Sistema Conselhos sobre o tema,
457 incluindo como foram feitas as articulações que construíram este consenso entre as
458 profissões da saúde, incluindo a Medicina, pela defesa do arquivamento do PL; b) o
459 que se conseguiu foi o compromisso da nomeação de relator que defenderá o
460 arquivamento, cujo relatório ainda passará por apreciação e voto da Comissão de
461 Seguridade Social e Família (CSSF), e só então poderá ser considerado arquivado. O
462 CRP SP mantém a pauta na APAF com o objetivo de realizar análise de conjuntura
463 mais aprofundada sobre o assunto, para se avaliar a necessidade de manter a
464 conversa com os deputados da referida Comissão e/ou outras ações para garantir os
465 votos pelo arquivamento e se compreender a dinâmica das articulações realizadas,
466 mesmo que se entenda que há pouca possibilidade do não arquivamento, dado o
467 consenso construído. Esta compreensão da articulação entre os conselhos é
468 importante também para pensar nas futuras discussões de pautas comuns às
469 profissões da saúde. Além disso, é importante retomar o encaminhamento da
470 atualização do site contra o Ato Médico, que não foi realizada, para ampla divulgação
471 à categoria e sociedade. Colocou-se que foi divulgada notícia no boletim do Sindicato
472 dos Psicólogos relativa ao arquivamento do projeto; porém, oficialmente o PL foi
473 retirado da pauta em dezembro de 2013. Acredita-se que, pela conjuntura atual, não
474 há chances desse projeto não ser arquivado, mas é preciso saber do CFP o que ficou
475 combinado. **Encaminhamento:** A defesa do ponto na APAF é no sentido de conhecer,
476 juntamente com os demais CR's, o posicionamento nacional do que, exatamente, está
477 acontecendo com novo PL Ato Médico (PL 6126/13), evitando desencontros, e para



478 que seja possível compartilhar esses desdobramentos com a categoria. **4.9) Decisão**
479 **do Superior Tribunal de Justiça sobre avaliação psicológica em concursos**
480 **públicos não ser eliminatória em processos de seleção pública** – O CRP SP
481 pautou na APAF a discussão sobre a decisão do Superior Tribunal de Justiça no que
482 se refere à retirada do caráter eliminatório da avaliação psicológica em concursos
483 públicos. A avaliação psicológica visa compreender comportamentos e fenômenos
484 psicológicos, com o intuito de tomar decisões, administrar riscos e desenvolver planos
485 de intervenção. De acordo com a Resolução CFP nº. 001/2002 que versa sobre a
486 Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos da mesma
487 natureza: Art. 1º - A avaliação psicológica para fins de seleção de candidatos é um
488 processo, realizado mediante o emprego de um conjunto de procedimentos objetivos e
489 científicos, que permite identificar aspectos psicológicos do candidato para fins de
490 prognóstico do desempenho das atividades relativas ao cargo pretendido. Isto posto, a
491 avaliação deve ser mantida como importante elemento decisório em concursos. A
492 avaliação psicológica é prática reconhecida na Psicologia e sua utilização tem sido
493 sistematicamente publicada em artigos científicos, livros e outros tipos de publicações.
494 Sociedades científicas, grupos e centros de pesquisas têm se dedicado ao estudo e
495 aprimoramento de sua prática. Cabe posicionamento do Sistema Conselhos para a
496 publicação, pelo CFP, da nova Resolução que regulamente a Avaliação Psicológica.
497 Extenso trabalho foi desenvolvido com atores diversos envolvidos nos concursos,
498 dentre os quais, Conselhos Regionais, Polícia Federal, Centros de Concurso e
499 Associações científicas. Enfim, este CRP SP entende que retirar a Avaliação
500 Psicológica seria grande perda no que se refere aos reconhecimentos social da
501 Psicologia e ao campo de trabalho de psicólogos(as). **Considerações do plenário do**
502 **CRP-06:** Houve informação de que consta no site do Diário Oficial DF notícia de que
503 esta decisão refere-se pontualmente ao concurso da Polícia Militar do Distrito Federal.
504 Verificou-se a íntegra a matéria: “A decisão foi anunciada nesta quinta-feira, 06 de
505 março de 2014, onde a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ)
506 reconheceu a subjetividade de exame psicológico aplicado em concurso da Polícia
507 Militar do Distrito Federal e confirmou a um candidato eliminado o direito de continuar
508 no certame e ser matriculado no curso de formação. O relator, ministro Ari Pargendler
509 e outros cinco ministros do STJ, negaram o recurso especial do GDF sob o
510 entendimento que o exame psicológico “pode ser utilizado como meio de apurar a
511 saúde mental do candidato, mas jamais para excluí-lo do concurso”. A aptidão
512 psicológica não pode significar mais do que saúde mental, mas o item oito do edital
513 impôs, na interpretação que lhe deu a autoridade administrativa, uma avaliação
514 psicológica que, para dizer o menos, frustra o direito constitucional de acesso aos
515 cargos públicos”, concluiu o relator. A decisão vale apenas para esse concurso da
516 Polícia Militar do Distrito Federal, organizado pela Fundação Universa, e somente para
517 o candidato que moveu a ação. Outros interessados que quiserem reverter uma



518 situação semelhante, nesse ou em outros concursos no Distrito Federal ou em
519 qualquer estado, também devem entrar na Justiça. **Encaminhamento:** Os
520 conselheiros presentes consideraram a contribuição da Ana Paula Noronha para a
521 delegação da APAF, ficando a observação de que consta no site do STJ (JusBrasil)
522 negativa dessa decisão sobre avaliação psicológica em todos os concursos públicos
523 não ser eliminatória em processos de seleção pública. **4.10) IV Congresso Brasileiro**
524 **Psicologia: Ciência e Profissão** – O ponto foi solicitado pelo CRP SP. A conselheira
525 presidenta, Elisa Zaneratto Rosa, coloca que o objetivo de pautar este ponto na APAF
526 é cobrar a participação e o posicionamento do CFP frente à organização do IV
527 Congresso Brasileiro de Psicologia – CBP, sendo que o CFP é membro da Secretaria
528 Executiva do congresso, mas não vem participando de suas reuniões, mesmo após
529 ofício encaminhado pelo CRP SP cobrando sua participação. Pretende-se também
530 mobilizar os CRs para participação nesta edição do CBP. Deve-se colocar para a
531 categoria a importância deste congresso, que reúne a Psicologia nas várias áreas, que
532 traz pluralidade de atuação, que promove a Psicologia em todo território nacional.
533 Preocupa-se com a ampliação das inscrições. A avaliação feita é de que o CBP ainda
534 não foi bem divulgado e isso tem relação com o papel dos CRPs e da organização do
535 FENPB - Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira. Faz-se necessário
536 pontuar para o CFP que é preciso propagar o IV CBP, mobilizando os regionais a
537 protagonizarem a participação dos(as) psicólogos(os) no congresso. Recordou-se que
538 o CFP prometeu que iria lançar o CBP em seu mailing e isto não ocorreu. Será
539 reforçado junto ao CFP a necessidade do apoio político e subsídio para a realização
540 do CBP por ser um grande encontro das entidades brasileiras da Psicologia. Além
541 disso, há a discussão de como o CFP fará a organização das mesas/atividades dos
542 Regionais no Congresso, que são inseridas via entidades nacionais da Psicologia. A
543 exposição sobre os dados do congresso, por exemplo: divulgação e número de
544 inscritos, serão levados para a APAF. **Considerações do plenário do CRP-06: 1)**
545 Pontou-se que a organização do evento ainda não deu retorno sobre as mesas
546 inscritas, aprovação ou rejeição da proposta, inviabilizando retificações ou a
547 formulação de nova atividade para o Congresso, se for o caso. **2)** Identificou-se
548 ausência de material de divulgação do CBP e, a título de exemplo, recordou-se que na
549 edição anterior tinha caravana junto às instituições de ensino superior e para este
550 Congresso também pode ser estratégico para ampliar a participação. **3)** Foi citado que
551 o Departamento de Comunicação do CRP tem divulgado, frequentemente, o IV CBP
552 nas redes sociais e no site. **4)** No que tange à organização das mesas propostas,
553 esclareceu-se que o assunto será tratado na próxima plenária, visto a ausência de
554 tempo hábil nestas sessões ordinárias que, prioritariamente, discutirão os pontos de
555 pauta da APAF. **5)** Opina-se para que, independentemente, do que o CFP fará quanto
556 à quarta edição do CBP, o CRP SP deve tentar realizar o congresso mais moderno,
557 com discussões que direcionam para além da Psicologia na saúde, mas promovendo



558 uma chamada que noticie uma programação de diversas atividades, que se
559 diferenciam de outros congressos e dão destaques ao CBP. Não é congresso
560 acadêmico, acontecendo discussões sobre interfaces entre ciência e profissão, com a
561 participação dos movimentos sociais. O CFP, possivelmente, fará mesas com
562 temáticas conservadoras. A participação de estudantes no Congresso é fundamental.
563 Deve-se retomar a ideia do congresso que é um diálogo da ciência com a profissão, e
564 como isso faz a Psicologia ampliar. Dessa forma, os CRPs têm a tarefa de levar as
565 discussões da realidade da Psicologia na atualidade. **6)** Em reunião, nesta data, junto
566 à Secretaria Executiva do IV CBP foi discutido sobre a subjetividade brasileira e
567 pensa-se em substituir uma conferência por uma fala de um indígena ou de um
568 *rapper*, por exemplo, fala que traga para o debate a questão da subjetividade. Durante
569 a reunião surgiu-se, ainda, a ideia de fazer os Diálogos Latinos-americanos no IV CBP
570 para que haja a contribuição de cada país afiliado à Ulapci. **Encaminhamento:** Tendo
571 em vista que a pauta em tela foi proposta por este plenário, a delegação do CRP SP
572 na APAF deve considerar a defesa exposta na justificativa do ponto e nas
573 considerações acima referenciadas. Para a plenária de junho será pautada a
574 participação do CRP SP no IV CBP: mesas, divulgação. **4.11) Encaminhamentos do**
575 **VIII CNP** – Luiz Eduardo Valiengo Berni expõe que se trata de ponto solicitado pelo
576 CRP-12. Para discussão do assunto, o Regional justifica que compreende que as
577 diretrizes de atuação para o Sistema Conselhos de Psicologia são definidas no
578 Congresso Nacional da Psicologia (CNP), enquanto instância máxima que discute e
579 delibera políticas prioritárias para o triênio subsequente, e sendo este fruto de amplo
580 processo democrático que contribui para o projeto coletivo e construção da história da
581 profissão o CRP-12 pede debate sobre os encaminhamentos do VIII CNP, enviando o
582 link das deliberações correlatas. O conselheiro Luiz Berni expõe ao plenário a seguinte
583 contribuição para a delegação deste CRP na APAF, vejamos: Apresentação:
584 Congresso Nacional de Psicologia – CNP: instância máxima do Sistema Conselhos: -
585 foram realizados 450 eventos preparatórios e atividades livres, que contaram com a
586 participação de cerca de 12 mil pessoas; foram realizados 23 Congressos Regionais
587 de Psicologia - COREPs, e eleitos 235 delegados e 19 estudantes; Saíram desses
588 Congressos 597 propostas para a etapa nacional. Tema do CNP: Psicologia, Ética e
589 Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos, sendo: Eixo 1:
590 Democratização do Sistema Conselhos e ampliação das formas de interação da
591 categoria; Eixo 2: Contribuições éticas, políticas e técnicas nos processos de trabalho,
592 e Eixo 3: Ampliação da participação da Psicologia e sociedade nas Políticas Públicas.
593 Encaminhamentos sumarizados: Síntese do Caderno de Deliberações: **EIXO 1:**
594 Democratização do Sistema Conselhos e ampliação das formas de interação da
595 categoria. **a) Controle Social** - ampliar a participação com foco nos Direitos Humanos;
596 **b) Gestão do Sistema:** **b.1) Acessibilidade** – pessoas com deficiência; **b.2)**
597 **Comunicação:** – diversificar, melhorar e incluir população e outras categorias; – Criar



598 ambiente na internet para psicólogos (os) interagirem; **b.3) Eventos:** - Debates online
599 (temas emergentes e polêmicos); Resgatar papel social CONPSI; Aproximar das IES
600 (Avaliação Psi e COREP); Articular assessoria de comunicação dos CRs. **b.4) Geral:**
601 Diversidade e gênero – tema transversal; - Comissão interna de Gestão de Pessoas; -
602 Ter Direitos Humanos como diretriz; - Criar ouvidoria; - Manter História e Memória; -
603 Promover a regionalização dos CRs; - Reforçar participação nas Políticas Públicas via
604 CREPOP; - Continuar o SATPSI; - Reforçar Laicidade; - Apoiar a jornada máxima de
605 30 horas para a Psicologia; - Nome social na CIP; - Ampliar contato com entidades de
606 epistemologias não hegemônicas; - Orientação técnica a gestores públicos. **b.5)**
607 **Finanças:** - Parceria com gestores públicos: documento comprobatório de
608 regularidade profissional; - Desconto na primeira anuidade. **b.6) Orientação e**
609 **Fiscalização:** - Incentivar a consulta da legislação melhorando o acesso via internet; -
610 Mudar do CPD incluindo a mediação e conciliação (superar a lógica punitiva); -
611 Implementar ações preventivas; - Atrair profissionais para eventos de capacitação.
612 **b.7) Regionalização e Interiorização:** - Descentralizar fiscais; - Tornar fixa comissão
613 de interiorização; - Comissão Gestora representativa. **b.8) Transparência:** - Ampliar
614 mecanismos de controle social do Sistema Conselhos; - Buscar a manutenção do
615 funcionamento democrático do Sistema Conselhos lutando pela aprovação do PL
616 4364/2012; - Divulgar as pautas e encaminhamentos das APAFs. **b.9) Mobilização:** -
617 Estudar os motivos da pouca participação da categoria; **b.10) Projetos de Lei:** -
618 Acompanhar, divulgar e monitorar PL que afetem a categoria. **b.11) FENBP:** -
619 Favorecer a inclusão da diversidade teórico-metodológica; - Regionalizar o FENBP; -
620 Aproximar da ULAPSI; - Financiar o CBP. **b.12) Formação:** - ABEP e CNE – formação
621 pautada nos Direitos Humanos (matriz curricular); - Esclarecer a função do SCP junto
622 as IES e Movimento Estudantil; - Monitorar o Projeto Político-pedagógico dos cursos; -
623 Avaliação dos cursos – Parceria com FENPB, ABEP e CONEP – MEC
624 (regulamentação da Resolução CNS nº 350/2005 e Resolução CNS nº 450/2011); -
625 Inserção nas Políticas Públicas de atividades complementares; - Aproximar formação
626 da realidade brasileira; - Alinhar com países lusófonos e latinos; - Gestão a agências
627 de fomento à pesquisa para ampliação da participação dos estudantes; - Inserir o
628 funcionamento do SCP na graduação; - Incentivar educação continuada; - Inserir
629 temática da diversidade sexual e gênero, emergências e desastres, esporte, trânsito e
630 comunitária; - Psicologia no Ensino Médio. **b.13) Relação Institucional – Geral:** -
631 Afirmar o projeto ético-político junto aos Movimentos Sociais, Estudantil e Sindical; -
632 Melhorar a atuação no contexto social pelo diálogo interdisciplinar (outros conselhos
633 de classe); - Parcerias ANS, FENPB (manter); - Articular com ANPSINEP e SEPPIR
634 (igualdade racial). **b.14) Sindicatos:** - Parceria e apoio à FENAPSI; - Melhoria das
635 condições de trabalho. **EIXO 2** Contribuições éticas, políticas e técnicas nos processos
636 de trabalho. **a) Avaliação Psicológica:** - Apoio à obrigatoriedade na renovação da
637 CNH; - Superar o modelo patologizante no processo transsexualizador; - Não ao



638 atestado de sanidade mental; - Revisar Resoluções 01/02 e 07/03 de acordo com o
639 Ano Temático; - Parceria com Polícia Federal fiscalização de testes na internet; -
640 SATEPSI - avaliação baseada em Direitos Humanos; - Avaliação crítica do uso em
641 concursos públicos e processos seletivos. **b) CREPOP:** - Fortalecer como instância de
642 pesquisa e qualificação profissional (criação de referências); - Ampliar pesquisas para
643 áreas ainda não trabalhadas (quilombolas, indígenas, tradicionais campo e floresta). **c)**
644 **Criança e Adolescente** (ênfase nas populações de rua). **d) Direitos da Mulher:** -
645 Aborto (atenção situação penal/legal); - Gênero (violência doméstica); - Direitos
646 sexuais e reprodutivos. **e) Direitos Humanos:** - Convenção Internacional dos Direitos
647 da Pessoa com Deficiência (divulgar); - Extermínio de jovens negros, extermínio de
648 povos indígenas, homofobia, tráfico humano, entre outros (chamar atenção); - Ampliar
649 a discussão na formação e atuação profissional; - Transexuais, travestis e
650 transgêneras o direito à escolha de tratamento nominal (Resolução 14/11); - Atenção
651 às questões do processo transsexualizador. **f) Divulgação:** - Manter informativos e
652 realizar eventos de temas de grande interesse para a categoria; - Combater a
653 banalização da profissão por meio de campanhas; - Publicizar material de apoio aos
654 gestores das Políticas Públicas. **g) Emergências e Desastres:** - Parceria e apoio à
655 ABRAPEDE criação de referências técnicas - plano de contingências, emergências e
656 pesquisas socioambientais e profissionais; - Criar referências no diálogo
657 interdisciplinar; - Inserir a Psicologia no Plano Nacional de Emergências e Desastres; -
658 Criar Resolução do CFP. **h) Formação:** - Resolução que obrigue docentes de
659 Avaliação Psicológica sejam registrados no CRP; - Alinhar com PNEDH e Direitos
660 Humanos; - Estimular formação permanente e relação com Políticas Públicas. **i)**
661 **Justiça:** - Ampliar debater para inserir conciliação e mediação discutindo
662 judicialização e criminalização das condutas; - Ampliar diálogo com CNJ – garantir
663 Resolução 12/11; - Fomentar a importância da psicologia no Sistema de Justiça,
664 Segurança e Prisional; - Manter discussão sobre escuta de criança e adolescente
665 (Resolução 10/10). **j) Medidas sócio educativas:** manter a discussão. **k) Orientação:**
666 - Fórum para produção de documentos escritos; - Monitorar junto aos órgãos públicos
667 a manutenção do número mínimo de profissionais; - Debater e fiscalizar (hospitais
668 psiquiátricos, casas de custódia, comunidades terapêuticas, etc.) – Lei 10.216/01; -
669 Manutenção do projeto BVS-PSI; - Fiscalizar serviços ligados ao uso abusivo de
670 drogas; - Garantir da manutenção da Resolução 01/99; - Garantir a autonomia técnica-
671 profissional junto ao SGD (judiciário, MP, Defensoria); - Continuar encontros COE e
672 COF; - Relações étnico-raciais – dar visibilidade à Resolução 18/02; - Criar parâmetro
673 para número de psicólogos nas Políticas Públicas; - Criar parâmetros para as áreas
674 emergentes, aviação; - Rever Resolução 07/03 – foco equipes multi/interdisciplinares;
675 - Debater atuação profissional (inter e transdisciplinar) no contexto socioassistencial; -
676 Discutir a relação da Psicologia com a religião com base na laicidade da Ciência e do
677 Estado; - Criar referências para atuação junto às populações indígenas, quilombolas,



678 negra e pessoas em situação de tráfico humano e trabalho escravo; - Criar
679 referências com base na intersectorialidade e seguridade para atuação nas Políticas
680 Públicas. **l) Psicologia Organizacional e do Trabalho:** - Defender os profissionais
681 contra o Conselho Federal de Administração. **m) Políticas Públicas:** - **m.1) Redes de**
682 **Atenção Psicossocial:** - Fazer gestão junto ao poder público reafirmando princípios
683 da reforma psiquiátrica, antimanicomial, das redes de atenção psicossocial e da
684 estratégia da redução de danos (Lei 10,216/01); - Discutir Saúde Mental à luz da
685 diversidade cultural e interculturalidade; - Contribuir com o fortalecimento da Rede de
686 Atenção Psicossocial em consonância à Portaria MS nº 3088/2011. **m.2) Trânsito:** -
687 Campanha junto à população sobre o papel social da Psicologia do Trânsito; -
688 Dialogar com os órgãos de fiscalização; - Assegurar junto ao Contran e Denatran a
689 divisão equitativa das cotas entre os psicólogos; - Buscar no Contran revisão da
690 Resolução nº 425/2012 – ampliar prazo de entrega de resultados; - Exigir junto aos
691 autoridades a exigência obrigatória do exame psicológico para renovação da CNH de
692 todas as categorias; - Apoiar a criação da Associação Nacional de Mobilidade Urbana;
693 - Dialogar com o DETRAN para que seja repassada para a clínica credenciada a taxa
694 de reteste e para ampliar a cota diária de atendimentos das (os) psicólogas (os) aos
695 usuários do DETRAN, de 10 para 15 atendimentos; - Inserir obrigatória do psicólogo
696 no curso de formação de condutores de veículos automotores e fluviais. **m.3)**
697 **Psicologia Clínica/Psicoterapia:** - Retomar discussão sobre o ano da Psicoterapia
698 (2009); - Ampliar a discussão considerando as epistemologias não hegemônicas. **m.4)**
699 **Saúde Suplementar:** - Criar referências para valorizar a participação da Psicologia; -
700 Via CFP fomentar a regulamentação da prestação de serviços junto à ANSS/ ANS e
701 operadoras de Saúde, destacando a autonomia da categoria. **m.5) Álcool e drogas:** -
702 Ampliar a atuação nas frentes nacionais e estaduais sobre Drogas e Direitos
703 Humanos, para a construção de uma política coerente baseada no SUS (ênfase na
704 prevenção, reforma psiquiátrica, redução de danos; para a superação da lógica do
705 proibicionismo/guerra às drogas); - Repudiar o financiamento público e a implantação
706 de comunidades terapêuticas em todo o território nacional; - Defenderá a reforma
707 psiquiátrica antimanicomial, fomentando a implementação e o fortalecimento das
708 redes de atenção psicossocial, alertara para o avanço das práticas violadoras dos
709 direitos; - Divulgar a oposição ao movimento de internação compulsória e
710 comunidades terapêuticas; - Política de álcool e outras drogas que respeite os Direitos
711 Humanos, orientada pelos princípios da Reforma Psiquiátrica e da Redução de Danos,
712 objetivando a responsabilidade pública no cuidado com os usuários e suas famílias; -
713 Discussões sobre políticas de prevenção ao uso de substâncias psicoativas e
714 estratégias que garantam e ampliem a presença da(o) psicóloga(o) nas equipes
715 multidisciplinares; - Fortalecer a Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos. **m.6) Ato**
716 **Médico:** - reforçar as equipes multiprofissional. **m.7) Controle Social:** - Articular com
717 instâncias do governo e órgão de controle social para defender os direitos das



718 comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, etc.); - Contra a privatização da
719 Saúde Pública; - Contribuir para as conferências e órgãos de Controle Social
720 monitorando as deliberações para que sejam implementadas; - Incentivar e propicie
721 espaços de discussão para os representantes dos CRPs nos Conselhos de Direito; -
722 Fortalecimento da aproximação do Sistema Conselhos das instâncias de controle
723 social (nas três esferas de governo) para formulação de políticas públicas. **m.8)**
724 **Direitos Humanos:** - Reforçar publicamente o posicionamento ético-político da
725 categoria em relação aos Direitos Humanos, à diversidade e à laicidade da profissão e
726 fomentando espaços de diálogo e enfrentamento das oposições; - Em parceria com
727 Movimentos Sociais e Populares garantir os Direitos Humanos dos diversos
728 segmentos sociais, em especial assentados, indígenas, quilombolas, grupos étnico-
729 raciais e demais populações tradicionais, bem como aquelas em luta por território,
730 população LGBT, idosos, afetados por desastres, população em privação de liberdade
731 e usuário da rede psicossocial, por meio de políticas públicas que defendam a
732 diversidade e a equidade, apoiando políticas de ações afirmativas; - Exercer
733 posicionamento claramente contrário às políticas governamentais que rompem com a
734 garantia de direitos; - Reforçar e ampliar espaços de discussão nas políticas públicas
735 sobre a temática dos D H que envolvem o respeito à diversidade humana; - Promover
736 e apoiar ações nas instâncias educacionais do setor público e privado na discussão ao
737 enfrentamento a todas as formas de violência, em especial a violência sexual e
738 vulnerabilidade social; - Discutir o exercício da (o) profissional psicóloga (o) que atua
739 no atendimento a indivíduos autores de violências; - Fomentar espaços de discussão
740 da atuação das (os) psicólogas (os) no SUAS, afirmando a perspectiva interdisciplinar
741 e intersetorial e a autonomia em relação ao Judiciário; - Debater desde a formação
742 com a categoria e a sociedade sobre os processos de medicalização, judicialização e
743 patologização da vida, questões étnico-raciais, sexualidade e gênero, visando à
744 análise de tais processos e questões, bem como à construção de diretrizes garantindo
745 o respeito à diversidade humana. **m.9) Formação no Ensino Médio:** - Debate sobre a
746 atuação e a inserção da(o) psicóloga(o) na atenção básica, desde a formação
747 acadêmica; - Junto com as Comissões Nacional e Estadual de Residência
748 Multiprofissional discutir da qualidade da formação promovendo avanços no SUS; -
749 Em parceria com ABEP inserção de temáticas referentes às políticas públicas de
750 atuação de psicólogas(os), às questões da diversidade epistemológica,
751 interdisciplinaridade e direitos de segmentos sociais excluídos historicamente; - Junto
752 com ABEP e demais instituições, deverá articular com os órgãos competentes a
753 implementação do ensino de Psicologia no nível médio ministrado por psicólogas(os).
754 **m.10) LGBT:** - Capilarizar a estratégia de enfrentamento da homofobia, prevista em
755 convênio com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), em diálogo permanente com
756 as instâncias do poder público; - Discutir a questão da transexualidade e realizar
757 debates sobre construções identitárias de gênero, envolvendo os movimentos sociais,



758 propondo critérios para avaliação psicológica referente ao processo transexualizador e
759 a superação do modelo de patologização das identidades de gênero; - Fortalecer
760 discussões e ações que priorizem o direito à livre orientação; - Sexual e enfrentamento
761 da homofobia, dando visibilidade à Resolução CFP nº 1/99, esclarecendo sua
762 importância para toda a sociedade e apoiando ações do movimento social LGBTT
763 para a defesa de direitos incluindo a união e o casamento civil, assim como adoção de
764 crianças e adolescentes por casais do mesmo sexo. **m.11) Medicalização /**
765 **Psicologia nas Escolas:** - Promover campanhas na sociedade, no combate à
766 patologização e à medicalização da vida e da educação. **Eixo 2 – Contribuições**
767 **éticas, políticas e técnicas:** a) Avaliação Psicológica – Foco em Direitos Humanos, b)
768 superação de modelos patologizantes (não ao atestado de sanidade mental), c)
769 revisar as resoluções 01/02 e 07/03, d) Parceria Polícia Federal fiscalização de testes
770 na Internet, e) Avaliação crítica nos cursos públicos e processos seletivos; f) CREPOP
771 – fortalecimento do papel na qualificação profissional (construção e referências)
772 ampliando escopo das pesquisas; g) Criança e Adolescente (ênfase nas populações
773 de rua); h) Direitos da Mulher: h.1) Legalização do Aborto, h.2) direitos sexuais e
774 reprodutivos, h.3) gênero (violência doméstica), i) Direitos Humanos: i.1) CIDPD
775 (convenção direitos deficientes), i.2) extermínios (negros, indígenas, homossexuais),
776 i.3) escolha de tratamento (Resolução 14/11); j) Emergências e Desastres: Parceria
777 ABRAPEDE (criar referências) inserção no Plano Nacional de Emergências e
778 Desastres; k) Formação – Docentes de Avaliação Psicológica devem ter CRP ativo;
779 alinhar com PNEDH, formação permanente em Políticas Públicas; l) Justiça: inserir
780 conciliação e mediação discutindo judicialização e criminalização das condutas;
781 Ampliar diálogo com CNJ; garantir a Resolução 12/11; fomentar a importância da
782 Psicologia no Sistema de Segurança e de Justiça; Escuta de criança e adolescente
783 (Resolução 10/10); l) Medidas Socioeducativas (manter discussão); m) Orientação –
784 Fórum de produção de documentos escritos; monitorar nos órgãos públicos número
785 mínimo de profissionais; Fiscalizar hospitais psiquiátricos, casas de custódia
786 comunidades terapêuticas (Lei 10.216/01). **Encaminhamento:** O XIV Plenário
787 considera a contribuição exposta pelo conselheiro Luiz Berni, remetendo-a à
788 delegação do CRP SP para a APAF. **4.12) Estrutura mínima para funcionamento**
789 **de todos os CRPs** – Luís Fernando de Oliveira Saraiva pontua que o CFP pautou o
790 assunto com o intuito de que todos os CRPs tenham garantida uma condição mínima
791 necessária para cumprir com suas atribuições. Dessa forma, proporá um padrão
792 básico de estrutura e condições para os regionais, especialmente, para os CRPs
793 recém-criados. **Encaminhamento:** Como não há material de subsídio para que o
794 plenário possa entender melhor o ponto, sugeriu-se que a delegação acompanhe o
795 ponto de modo a verificar qual a motivação do ponto, pois envolve posicionamento de
796 que CRPs maiores ajudem os demais, que não dispõe de recursos. Trata-se de
797 repasse de 25% do valor total investido nos CRPs menores, o que implica o jeito de



798 gerenciar o volume de recursos do Sistema Conselhos. Os Conselhos de SP, RJ, MG,
799 RS e PR não recebem recursos com o repasse. A defesa do CRP SP é insistir nessa
800 política. **V) RECOMPOSIÇÃO DE NÚCLEOS – 5.1) *Recomposição Do Núcleo***
801 ***Assistência Social*** – Concernente ao referido núcleo, foi indicado o nome de Bruno
802 Monteiro Carlos, para ser colaborador do Núcleo e o de Alissandra Calderaro Soares
803 da Silva como membro do Núcleo. Encaminhamento: O plenário aprovou, sem
804 objeções, as indicações propostas. **5.2) *Composição Do Núcleo Educação*** –
805 Concernente ao referido núcleo, foram indicados os nomes de Larissa Gomes Ornelas
806 e André Itirê Takano, enquanto colaboradores, e Suely Castaldi Ortiz da Silva para
807 compor como membro. **Encaminhamento:** O plenário aprovou, sem objeções, as
808 indicações propostas. **5.3) *Composição Do Núcleo Mundo Do Trabalho*** -
809 Concernente ao referido núcleo, foram indicados os nomes de Fernanda Lou Sans
810 Magano, indicada pelo Sindicato dos Psicólogos - Sinpsi, Odair Furtado, José Roberto
811 Heloani, Andréia de Conto Garbin e Marcelo Villanueva para comporem o Núcleo
812 enquanto colaboradores e Sandra Elena Sposito, Joari Aparecido Soares de Carvalho
813 e Maria Ermínia Ciliberti como membros. **Encaminhamento:** O plenário aprovou, sem
814 objeções, as indicações propostas. **5.4) *Composição Do Núcleo De Justiça*** -
815 Concernente ao referido núcleo, foi indicado o nome de: Luiz Henrique de Mendes Sá
816 Fonseca para compor enquanto membro. **Encaminhamento:** O plenário aprovou, sem
817 objeções, a indicação proposta. **5.5) *Composição Do Núcleo Sexualidade E Gênero***
818 - Concernente ao referido núcleo, foram indicados os nomes de Patrícia Porchat
819 Pereira para ser colaboradora e de Ana Ferri de Barros, Mariana Hasse, Flávia
820 Roberta Eugenio, Igor da Costa Borysow, Ellen Taline de Ramos, Márcia Cristina
821 Gonçalves de Oliveira Frassão, Sandra Elena Sposito, Ilana Mountian, Janaína Leslão
822 Garcia e Luís Fernando de Oliveira Saraiva como membros. **Encaminhamento:** O
823 plenário aprovou, sem objeções, as indicações propostas. **5.6) *Composição Do***
824 ***Núcleo Álcool, Drogas E Medicalização*** – Foram indicados, como colaboradores,
825 Clarissa Webster, Rodrigo de Oliveira Feitosa Vaz, Rodrigo Alencar, Marcelo
826 Vilhanueva, Luiz Henrique de Mendes Sá Fonseca, Lilihan Martins, Annie Louise,
827 Juliana Bizeto, Maria Orlene Daré, Bruno Logan e Bruno Ramos e como membros,
828 Sérgio Augusto Garcia Júnior, Ilana Mountian e Guilherme Luz Fenerich.
829 **Encaminhamento:** O plenário aprovou, sem objeções, as indicações propostas. **5.7)**
830 ***Composição Da Comissão De Ética (COE)*** – Propôs-se a inclusão de Suely Castaldi
831 Ortiz da Silva, como membro na COE na Comissão de Instrução da Subsede de
832 Campinas. Mencionou-se o pedido de desligamento do psicólogo Luiz Tadeu Pessutto
833 da Comissão de Ética por motivo de saúde. **Encaminhamento:** Os conselheiros
834 presentes acataram as sugestões apresentadas, decidindo a inclusão de Suely
835 Castaldi Ortiz da Silva como membro na COE na Comissão de Instrução da Subsede
836 de Campinas. **VI) MOBILIZAÇÃO DE TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA NO**
837 **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS**



838 **CRAS, NOS CREAS E NA REDE SOCIOASSISTENCIAL** – O conselheiro Joari
839 Aparecido de Carvalho conta que trabalhadores da assistência social no Município de
840 São Paulo elaboraram a “Carta Aberta à População de São Paulo” por melhores
841 condições de trabalho nos CRAS, nos CREAS e na Rede Socioassistencial. Ele frisa a
842 importância de o CRP de publicizar a carta e publicar um posicionamento. Joari
843 Aparecido Soares de Carvalho contextualiza a situação desses profissionais dizendo
844 que as(os) psicólogas(os) da Rede Socioassistencial da Capital em CRAS e/ou
845 CREAS, em geral, não são servidores públicos, e sim terceirizados ou quarterizados,
846 em detrimento do previsto na política para estes equipamentos. Sendo assim, ele
847 elaborou uma nota e fez sua leitura. Complementou dizendo que o CRP MG também
848 fez uma nota pública sobre a greve das(os) psicólogas (os) da Assistência Social em
849 Belo Horizonte. **Encaminhamento:** Os conselheiros presentes concordam com a
850 ampla divulgação nos meios de comunicação do CRP-SP da nota elaborada. **VII) GT**
851 **DIVERSIDADE EPISTEMOLÓGICA** – O conselheiro Luiz Eduardo Valiengo Berni
852 apresenta o ponto dizendo que o objetivo desse grupo é: 1º) constituir uma rede de
853 discussão de organizações e movimentos, cuja composição será de Associações e
854 indivíduos alinhados com o projeto ético-político da Psicologia brasileira, lastreado
855 pelos Direitos Humanos e Laicidade do Estado e da Ciência; 2º) discutir fundamentos
856 epistemológicos não-hegemônicos na Psicologia, enquanto ciência e profissão, e das
857 práticas a eles associados; 3º) Discutir os limites e a aproximações entre as práticas
858 tradicionais e sua dimensão religiosa e espiritual, estabelecendo referências de
859 atuação no campo da Psicologia e; 4º) Propor a criação de referências de atuação
860 baseados na laicidade. As entidades que são fundadoras desse GT, ou seja, vêm
861 trabalhando desde sua formação são o Conselho Regional de Psicologia de São
862 Paulo, Associação Luso-Brasileira de Psicologia Transpessoal – ALUBRAT,
863 Associação Brasileira de Psicologia Antroposófica – ABPA, Sociedade Brasileira de
864 Psicologia e Acupuntura – SOBRAPA, Associação Nacional de Pós-Graduação e
865 Pesquisa em Psicologia – ANPEPP. As reuniões irão acontecer nos dias 12 de junho,
866 10 de julho, 14 de agosto, 11 de setembro, 09 de outubro e 13 de novembro. Maria
867 Ermínia Ciliberti questiona a respeito do grupo, dizendo que ele não pode ter caráter
868 de Fórum, pois uma autarquia não pode criar um Fórum. Luiz Eduardo Valiengo Berni
869 diz que se trata de um GT que objetiva a criação de um Fórum, e quando esse estiver
870 idealizado, o CRP-SP se desligará. Encaminhamento: Os conselheiros presentes
871 concordam que o GT de entidades continue fazendo suas reuniões a fim de fomentar
872 um Fórum. **VIII) APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOA FÍSICA E JURÍDICA** – O
873 conselheiro secretário cientificou o plenário que no último mês foram aprovados:
874 Pessoa física – 715 (setecentos e quinze) inscrições novas; 92 (noventa e duas)
875 reativações; 15 (quinze) inscrições secundárias; 42 (quarenta e duas) inscrições por
876 transferência; 220 (duzentos e vinte) cancelamentos a pedido; 75 (setenta e cinco)
877 cancelamentos por transferência e 80 (oitenta) cancelamentos por não apresentação



878 de diploma. Pessoa jurídica - 20 (vinte) registros, 10 (dez) cadastros e 29 (vinte e
879 nove) cancelamentos a pedido. Total Geral de processos aprovados – pessoa física e
880 jurídica: 1298 (um mil duzentos e noventa e oito), conforme folha anexa que é parte
881 integrante desta ata. **IX) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA – O**
882 **conselheiro secretário** cientificou o plenário da relação de psicólogos para aprovação
883 do título de especialistas. **Encaminhamento:** Na modalidade concurso foram
884 deferidos 03 (três) na área do Trânsito, 03 (três) na área hospitalar e 01 (um) na área
885 de neuropsicologia. Na modalidade curso deferiram: 35 (trinta e cinco) na área do
886 Trânsito, 02 (dois) na área de Psicologia do Esporte, 20 (vinte) na área da Psicologia
887 Clínica, 03 (três) na área da Psicologia Hospitalar, e 06 (seis) na área da
888 Neuropsicologia. Indeferiram, na modalidade concurso 01 na área de Psicologia
889 Organizacional e do Trabalho, 02 na área de Psicologia do Trânsito, 02 na área
890 Clínica, 02 na área de neuropsicologia. Na modalidade curso indeferiram 1 (um) na
891 modalidade curso, 04 (quatro) na modalidade Trânsito, 02 (dois) na modalidade
892 Clínica, conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. Nada mais havendo a
893 tratar a senhora conselheira presidenta deu por encerrada a sessão, da qual eu,
894 conselheiro secretário Luís Fernando de Oliveira Saraiva, lavrei a presente Ata, que
895 lida e aprovada será assinada pelos demais presentes. São Paulo, vinte e três de
896 maio de dois mil e quatorze.

Aristeu Bertelli da Silva

Elisa Zaneratto Rosa

Gabriela Gramkow

Graça Maria de Carvalho Camara

Guilherme Luz Fenerich

Ilana Mountian

Joari Aparecido Soares de Carvalho

José Agnaldo Gomes

Luís Fernando de Oliveira Saraiva

Maria Ermínia Ciliberti



**Conselho Regional
de Psicologia SP**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

Marília Capponi

Moacyr Miniussi Bertolino Neto

Camila de Freitas Teodoro

Livia Gonsalves Toledo

Luiz Eduardo Valiengo Berni

Maria das Graças Mazarin de Araújo

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

Regiane Aparecida Piva

Sandra Elena Sposito

Sergio Augusto Garcia Júnior